

Mídia e infância: a relação entre o telejornalismo e a garantia dos direitos das crianças¹

Nathália Carvalho ADVÍNCULA²

Heitor Costa Lima da ROCHA³

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo propor uma discussão sobre a relação entre infância e telejornalismo, debatendo o que faz esse tema ser pauta no Jornal Nacional. Questiona-se aqui se o jornalismo, como lugar de referência e segurança (VIZEU, 2009), tem exercido sua função pedagógica. Para isso, utiliza-se como metodologia a revisão bibliográfica do tema e a Análise de Conteúdo proposta por Bardin. Além disso, tem-se como fundamentação teórica pesquisas sobre infância e sobre o telejornalismo como meio de visibilidade. Esse estudo oferece, assim, a possibilidade de entender a visibilidade dos atores sociais que é concedida pelo jornalismo, em relação aos critérios de noticiabilidade.

PALAVRAS-CHAVE

infância; telejornalismo; visibilidade; Jornal Nacional; direitos

INTRODUÇÃO

Principal meio de informação da população brasileira, os telejornais se converteram em praça pública (Ladeira, Porcello e Vizeu, 2006) e assumem, no país, o papel de esfera pública mediatizada. Coutinho e Musse (2012) considera que, por meio de suas narrativas, que se constituem em uma dramaturgia, os telejornais apresentam e representam a realidade aos brasileiros e contribuem para a construção de sua própria identidade como cidadãos de um país que o primeiro programa televisivo a ser exibido em rede foi um telejornal: o Jornal Nacional (JN), veiculado pela Rede Globo em 1969.

¹ Trabalho apresentado no GP Processos Midiáticos, Infâncias e Juventudes no 24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 8 a 10 de maio de 2024

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, e-mail: nathalia__carvalho@hotmail.com

³ Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE, e-mail: hclrocha@gmail.com

A Rede Andi Brasil concorda que o espaço do tema da infância (além da adolescência) está garantido pelos jornais. O que hoje se apresenta como desafio é a qualidade dessa abordagem, pois os avanços não são mais medidos pela simples presença, pelos números e pelas estatísticas que as matérias apresentam. “Trata-se de colocar as luzes sobre a forma e o conteúdo com que estas notícias traduzem e expressam o tema da infância” (Luhmann, 2005; citado em Santos, 2008, p.61)

Diversos autores mostram que os meninos e as meninas, nos discursos jornalísticos, vêm sendo representados a partir de estereótipos, ainda que certo avanço tenha acontecido nos últimos anos. Isso nos mostra que a trajetória da comunicação face ao tema da infância e adolescência não está dissociada de elementos legais, sociais, políticos e mercadológicos. No entanto, a utilização dos recursos da mídia e da informação tem criado uma reflexão sobre o papel da comunicação na mobilização de interesses pelas causas sociais, admitindo-se aqui esta mobilização de acordo com a proposição de Bernardo Toro (2004, p.14), segundo a qual mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob a interpretação de um sentido também compartilhado, neste estudo representado pela proteção e melhoria das condições da infância.

METODOLOGIA

Além de uma revisão biográfica sobre o tema da infância na mídia, tem-se como objetivo utilizar a Análise de Conteúdo descrita por Laurence Bardin como procedimento metodológico para coleta e tratamento dos dados sobre matérias do Jornal Nacional sobre crianças no ano de 2020, haja vista que esse ano foi marcado pelo início da pandemia de Covid-19 no Brasil e pelos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa escolha se deu pela compreensão que a análise de conteúdo pode ser entendida como uma leitura “profunda” que é determinada pelas condições oferecidas pelo sistema linguístico. Assim, o objetivo é descobrir as relações que existem entre o conteúdo do discurso e os diversos aspectos exteriores a ele.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A infância tem seu início quando seus “narradores” começam a narrá-la, segundo Gómez-Mendonza e Alzate-Piedrahíta (2014 citados em TOMAZ, 2017, p. 277). O próprio termo “infância” tem suas origens no latim *in-fans*, que significa “sem linguagem”. Para

Castro (2011, p. 4) não ter linguagem dentro da tradição ocidental é o mesmo que “não ter pensamento, conhecimento e racionalidade”. Assim, a criança seria um ser menor, alguém a ser “adestrado, moralizado e educado” (2011, p.4).

No Brasil, em 1927, foi instituído o Código de Menores, baseado na disciplinada situação irregular sob a qual os menores de 18 anos, em situação unicamente de abandono ou ato infracional, eram vistos como preocupação apenas do Estado. É a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, que faz a infância e a adolescência começarem a ganhar novos contornos no nosso país.

Além de estabelecer a proteção integral de um público ainda mais amplo do que o Código de Menores, o ECA reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Houve, então, uma mudança não apenas jurídica, mas também de caráter simbólico, chamando a atenção das organizações para o debate sobre as políticas de atendimento e para as situações de omissão ou descumprimento da lei.

Assim, a abordagem do tema da infância e adolescência passa por uma reformulação e ganha repercussão nas notícias. Esse contexto vai sendo incorporado aos textos jornalísticos, o que, conseqüentemente, amplia o debate social. No Brasil, os estudos sobre a relação entre crianças e mídia têm aumentado nos últimos anos e é a televisão o campo onde se vê mais trabalhos. No entanto, essas produções centram-se na programação *para* crianças ou em pesquisas sobre recepção, na maioria das vezes.

Por isso é tão relevante situar o jornalismo na própria sociedade, em contato com os diferentes elementos que emergem a partir dos grupos representativos. Sobre isso, concorda Jovchelovith: “Dadas as formas como a mídia transforma, e de certa maneira, define, a circulação de bens simbólicos em sociedades contemporâneas, ela se torna uma fonte importante de reflexão para o estudo das representações sociais” (2000, p.92).

No Brasil, a população se informa e se entretém pela televisão. Entre os programas de maior influência nesse meio, estão os telejornais, tanto em termos comerciais quanto em questão de impacto e credibilidade. Segundo Thompson (1995, p.285), a mídia é uma instituição de caráter cultural; então, para a maioria das pessoas, “o conhecimento que se tem sobre os fatos que acontecem, além do meio social imediato, é, em grande parte, da recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia”. Além disso, ela é vista como capaz de transformar, intermediar e se relacionar com o seu entorno, o que produz, dessa forma, resultados cujo impacto pode alterar a sociedade.

Ainda seguindo essa linha de compreensão, pode-se destacar a perspectiva de Berger e Luckmann (1995, p.35-62) que entendem a mídia como um meio de acessar a realidade

cotidiana, que, por sua vez, é apenas uma interpretação de seres humanos, que, claro, estão dotados de sentimentos. Além disso, a relevância como critério de noticiabilidade para o jornalismo nos remete a ideia que as notícias são escritas e percebidas por meio de um enquadramento, que também pode ser chamado de formas interpretativas de conhecimento. McCombs (2004, p.168-170), citado em Santos (2008), explica que o enquadramento é a “ideia central e organizadora do conteúdo que oferece um contexto e sugere o que é o tema, mediante o uso da seleção, da ênfase, da exclusão e da elaboração”.

Por isso, é inevitável perceber que a noticiabilidade definida pelos jornais está inserida em um verdadeiro universo de intervenções feitas por muitos atores. Por isso, instituições como o jornalismo ampliam seu campo de atuação e as variáveis ligadas à problematização e convocação do público a aspectos pertinentes à visibilidade do tema da infância, mas, sobretudo, à qualidade do tratamento dos fatos, de modo a respeitar direitos e responsabilizar-se socialmente, por exemplo.

Isto posto, os fatores que emergem sobre o tema da infância pede um olhar minucioso para um estudo sobre como a mídia, por meio de suas representações, dispõe esse assunto socialmente. Para isso, questiona-se se o jornalismo tem somente informado sobre questões próprias da infância, em vez de encorajar e estimular a promoção do cuidado e da garantia de direitos, por meio de informações que contribuam para o engajamento social na busca por ações mais efetivas de desenvolvimento social. Questiona-se aqui se o jornalismo assume o seu lugar de referência e segurança (VIZEU, 2009) e exerce sua função pedagógica, admitida neste estudo como um fundamento básico de sua prática.

CONTRIBUIÇÕES DE PESQUISA

Existe um novo desafio de colocar o tema da proteção à infância ao alcance da opinião pública: ao mesmo tempo que o Estado deve garantir os direitos sociais das crianças, a sociedade precisa assumir a sua parcela de contribuição para o que está instaurado como política para o público infantil.

Por isso, ter o jornalismo como campo de estudo é entender como o tema da infância é incorporado nas estruturas de pensamento da comunidade de jornalistas, adquirindo um lugar de destaque e tomando como objeto as matérias veiculadas pelo Jornal Nacional.

Localizar essa pesquisa no estudo da produção de notícias do Jornal Nacional justifica-se, primeiramente, pelo grande valor comercial do telejornal. Mas não só isso: o JN sofreu várias transformações ao longo dos anos, desde as vinhetas até o próprio discurso. Em

meio a polêmicas e crises de credibilidade, é inegável que ele permanece como o telejornal de maior audiência do país e serve como modelo de referência para o telejornalismo nacional.

Além disso,

o modo como o JN apresenta seus mediadores, como organiza e distribui as notícias, os recursos técnicos que põe a serviço do jornalismo, os recursos da linguagem televisiva, os formatos de apresentação da notícia, sua relação com as fontes de informação, o texto verbal que propõe à sociedade brasileira, ao mesmo tempo, um pacto sobre o papel do jornalismo e uma perspectiva sobre a identidade nacional (GOMES, 2005, p.1)

A isso se junta os fundamentos do JN expressos no site do Grupo Globo, que destacam princípios como legalidade/ilegalidade dos fatos e reprodução de vozes de autoridade, por exemplo. Esse aspecto das notícias ancoradas em aspectos legais e vozes oficiais imprime a ele um caráter de isenção e conservadorismo.

Porém a expressividade transmitida (na entonação da voz e até nas expressões faciais) mostra que o Jornal Nacional é, na verdade, um intérprete da notícia. Os apresentadores, apesar da postura dita neutra e objetiva, emitem juízos de valor expressos no comportamento, no texto e até no perfil editorial do Jornal. Ou seja, “a credibilidade do JN, ao invés de estar marcada pelo distanciamento do fato, pela ilusão de transparência, está fundada na proximidade do fato, na atitude de viver os fatos, emocionar-se, indignar-se e alegrar-se com eles, ou tratá-los com seriedade” (GOMES, 2005, p. 10).

Portanto, é também interessante para os estudos acadêmicos no campo da comunicação entender o distanciamento entre o que é proposto na teoria - ou seja, ser imparcial e objetivo - e feito na prática - parcialidade balizada por rotinas produtivas e limitações de tempo, economia e pautas. E esse estudo é relevante para entender a visibilidade dos atores sociais que é concedida pelo jornalismo, em relação aos critérios de noticiabilidade.

CONCLUSÃO

Se por um lado o telejornalismo tem a capacidade de jogar luz em temas como a infância e convocar a sociedade para agir de modo a proteger as crianças, do outro lado é impossível ignorar a realidade alarmante que vem se mostrando nos últimos anos: a queda de credibilidade do jornalismo em democracias do mundo inteiro, com conflitos entre veículos e autoridades política. No Brasil, o contexto de crises políticas e larga disseminação de notícias falsas nas redes sociais impactam o jornalismo, que vê sua imagem canônica ameaçada.

Antes, os telejornais eram praticamente as únicas fontes confiáveis de informação, mas o surgimento de novas formas de produção e compartilhamento de informações pela internet trouxe à tona questões que se contrapõem. Se há, por exemplo, mais vozes vindas do

próprio público, que busca legitimidade, também é possível constatar um nível maior de desconfiança.

Essa conjuntura produz, então, efeitos sobre as pautas e os discursos dos telejornais, que se reinventam e reiteram a sua importância. Por outro lado, abordar factualmente as ocorrências do mundo é, na verdade, situar o leitor ou espectador de forma imediata. Mesmo sendo este o cerne da ação jornalística, também é possível - e necessário - deduzir questões implícitas que não são levadas em consideração muitas vezes. Por isso, faz-se constante o desafio de ultrapassar a fronteira do imediato, numa busca por uma criticidade em relação ao que é dito nos programas jornalísticos, tendo em vista que o imediato não é o lugar onde a reflexão geralmente acontece, principalmente num país tão desigual como o Brasil.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, I., & MUSSE, C. **Telejornalismo, narrativa e identidade:** a construção dos desejos do Brasil no Jornal Nacional. Revista Alterjor, 1(1), 1-26, 2012.

JOVCHELOVITH, Sandra. **Representações Sociais e esfera pública:** a construção social dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000

SANTOS, Cristiane Félix. **O agendamento do jornalismo:** um estudo de caso sobre a infância e adolescência em Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, 2008.

TORO, A. José Bernardo. **Mobilização social:** um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica. 2004.

VIZEU, Alfredo. **O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica.** Revista Famecos, 2009.